

# O dinheiro do eleitor

**A** inflação avança: o custo da cesta básica de alimentos aumentou 20% desde que a URV foi lançada, em fevereiro.

Os preços dos produtos básicos cresceram 4% apenas nos primeiros dez dias deste mês, em São Paulo, segundo instituições como Procon e Dieese.

Poucas coisas no cotidiano dos brasileiros têm sido tão eloquentes sobre o processo de apropriação de renda em curso, às vésperas da virtual dolarização da moeda.

A inflação em URV é real. E não é necessário ser economista para saber que o real, depois do parto de 1º de julho, vai ter também a sua.

Como o ano é eleitoral, opera-se com todas as hipóteses de administração do plano no curto prazo. É uma tática de Estado-Maior: exercita-se com tudo, até porque pode não acontecer nada.

Assim, tem sido possível perceber em áreas-chave do governo, sutis reflexões sobre o que aconteceria se o governo federal resolvesse criar mais alguns "fatos", temporários.

Formulam-se cenários: caberia uma eventual "reação" do governo, na conversão para o real, na direção de um virtual "congelamento" dos preços da cesta básica durante as duas ou três semanas iniciais? Ou seria mais estratégico aplicar a alguns empresários, com todo o vigor, as punições previstas na nova legislação contra "aumentos abusivos"?

Sobram motivações, especialmente as de natureza político-eleitoral, típicas de um ano marcado pelo fim de um governo que sonha eleger o sucessor.

Fonte de inspiração também não falta: de cada dois ministros da Fazenda que Itamar Franco já teve, pelo menos um deixou o governo achando que no fundo da alma do presidente haveria, sempre, um freezer aberto para receber "preços abusivos" de alimentos e remédios.

Para a equipe econômica, "o presidente tem sempre razão" — lembrou-se José Milton Dallari, assessor da Fazenda, depois de receber uma repreensão pública por ver um "equivoco" no decreto emergencial de Itamar Franco que manda reduzir em 50% os preços das escolas particulares. Dallari terminou a

semana preocupado em repetir: "Ele é a pessoa mais importante do País."

É a vida real na corte, sobretudo nas ocasiões em que fragilidades, como as do Plano Real, ficam expostas. Elas são de natureza política.

Porque o governo não conseguiu convencer o Congresso a fazer o que considerava fundamental para dar sustentação ao seu projeto econômico: mudanças na legislação fiscal, tributária e previdenciária.

Não conseguiu porque se omitiu, a pretexto de evitar negociações com as facções que pretendiam alterar o regime de exercício dos monopólios estatais.

O resultado: o presidente Itamar Franco que acertou com o governador paulista Luiz Antonio Fleury, nesta semana, um show político

contra "preços abusivos", é o mesmo que, no comando do Plano Real, está refém de um buraco crescente nas contas da Previdência. Fez um seguro contra o real, mantendo a Ufir.

O Fleury que acertou com Itamar colocar o Procon nas ruas do maior colégio eleitoral do País, distribuindo multas aos velhos e grandes sócios da inflação, é refém de um Estado com arrecadação em declínio, com despesas de pessoal crescentes e empresas estatais inadimplentes.

Demonstram, dessa forma, que olham à frente enxergando basicamente os benefícios populistas de uma temporada de inflação reprimida.

Não sugerem disposição para enfrentar, de fato, o desafio político de preparar uma mudança real na estrutura dessa economia, onde a taxa de inflação do dia é referência do ritmo de avanço da concentração da renda e do capital.

A conta vai parar no bolso dos eleitor. Já está pagando 20% a mais pela mesma cesta de alimentos que comprava no início do plano. Na indústria paulista contam-se menos 40 mil empregos nas linhas de produção.

A chance do real corre o risco de ser desperdiçada, porque depende de competência política — não encontrável em balcões de mercearias.



■ José Casado é jornalista

**No fundo da alma de Itamar haverá, sempre, um freezer aberto para receber "preços abusivos"**